



CORREGEDORIA

MANUAL DE MODELOS CORRECIONAIS

Instrumentos e modelos de referência para
os procedimentos correccionais

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - SGB

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Documento de referência institucional



CORREGEDORIA

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – SGB

MANUAL DE MODELOS CORRECIONAIS

Documento de referência institucional

CORREGEDORIA

CPRM

SUMÁRIO

ANEXO A.....	5
ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO	5
ANEXO B.....	6
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO.....	6
ANEXO C.....	7
DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIO DA COMISSÃO.....	7
ANEXO D.....	8
NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.....	8
ANEXO E.....	9
COMUNICAÇÃO À CHEFIA IMEDIATA DO EMPREGADO ACUSADO	9
ANEXO F	10
PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO.....	10
ANEXO G.....	12
INTIMAÇÃO DE TESTEMUNHA	12
ANEXO H.....	13
INTIMAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE TESTEMUNHA.....	13
ANEXO I	14
TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA.....	14
ANEXO J.....	15
TERMO REDUZIDO DE OITIVA DE TESTEMUNHA.....	15
ANEXO K.....	16
TERMO DE ENTREGA DE CÓPIA	16
ANEXO L	17
INTIMAÇÃO DO ACUSADO PARA INTERROGATÓRIO	17
ANEXO M	18
TERMO DE INTERROGATÓRIO.....	18
ANEXO N.....	19
TERMO DE ACUSAÇÃO.....	19
ANEXO O.....	20
TERMO DE REVELIA.....	20
ANEXO P.....	21
MANDADO DE CITAÇÃO	21
ANEXO Q.....	22
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC	22
ANEXO R.....	23
RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR .	23
ANEXO S.....	24
RELATÓRIO FINAL DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA.....	24

ANEXO T	25
TERMO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO	25
ANEXO U	26
NOTA TÉCNICA CORREGEDORIA	26
ANEXO V	28
PRIORIZAÇÃO NA ANÁLISE DOS PROCESSOS CORRECIONAIS.....	28

ANEXO A

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Aos [dia] dias do mês de [mês] de [ano], às [horário], nas dependências da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no local [indicar], reuniram-se [nome], matrícula nº [número], ocupante do cargo de [cargo], na condição de Presidente, e [nome], matrícula nº [número], ocupante do cargo de [cargo], e [nome], matrícula nº [número], ocupante do cargo de [cargo], na condição de membros da Comissão de Processo Administrativo Sancionador – PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [data], para apuração dos fatos objeto do Processo SEI nº [número].

Instalada a Comissão, foram iniciados os trabalhos de apuração dos fatos descritos no Processo SEI nº [número], encaminhado pela Corregedoria, envolvendo o(a) empregado(a) [nome], matrícula nº [número], ocupante do cargo de [cargo], ou a empresa [razão social], inscrita no CNPJ sob o nº [número].

Na oportunidade, a Comissão deliberou pela adoção das seguintes providências:

- a) criação do Processo SEI nº [número] para a condução do PAS e juntada dos documentos necessários para a instrução processual inicial;
- b) notificação do(a) acusado(a), empregado(a), acerca da instauração do PAS, para ciência dos fatos que lhe são imputados e das garantias relativas ao exercício do contraditório e da ampla defesa;
- c) elaboração do Plano de Trabalho da Comissão, com o planejamento das atividades necessárias à instrução processual;
- d) comunicação da instalação da Comissão à Corregedoria; e
- e) adoção das demais providências necessárias ao regular desenvolvimento da apuração.

Nada mais havendo a tratar, eu, [nome], na condição de Secretário(a) da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos respectivos membros.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

[NOME]

Presidente da Comissão

[NOME]

Membro da Comissão

[NOME]

Membro e Secretário(a) da Comissão

[NOME]

Representante dos empregados AECPRM

ANEXO B

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Pelo presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, o(a) abaixo assinado(a), integrante da Comissão de PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número]/[ano], de [data], declara estar ciente do dever de manter o sigilo e a confidencialidade das informações, documentos, dados e demais elementos a que tiver acesso em razão do exercício de suas atribuições no âmbito da Comissão.

Para esse fim, compromete-se a:

- I** – utilizar as informações, documentos e dados a que tiver acesso exclusivamente para o desempenho das atribuições relacionadas ao procedimento correccional, abstendo-se de utilizá-los em benefício próprio ou de terceiros;
- II** – preservar a confidencialidade das informações e documentos a que tiver acesso, abstendo-se de divulgá-los, reproduzi-los, copiá-los, gravá-los ou compartilhá-los com pessoas não autorizadas;
- III** – não se apropriar, reter ou utilizar, para finalidade diversa dos trabalhos da Comissão, documentos, materiais, dados ou informações obtidos em razão de sua atuação;
- IV** – zelar para que as informações e documentos sob sua responsabilidade não sejam acessados ou divulgados indevidamente, responsabilizando-se pela preservação do sigilo no âmbito de sua atuação;
- V** – atuar com imparcialidade, discrição, prudência e independência, preservando o sigilo sobre os fatos, documentos e informações relacionados ao procedimento, e comunicar imediatamente eventual situação que possa caracterizar conflito de interesses ou comprometer sua atuação; e
- VI** – manter o dever de confidencialidade e sigilo após o encerramento dos trabalhos da Comissão, enquanto subsistir a obrigação legal ou institucional de proteção das informações.

Declara, ainda, estar ciente de que o descumprimento dos deveres de confidencialidade e sigilo assumidos neste Termo poderá ensejar a responsabilização nas esferas cabíveis, inclusive disciplinar, sem prejuízo de outras medidas previstas na legislação e nas normas internas da Companhia.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

[NOME]

Presidente da Comissão

[NOME]

Membro e Secretário(a) da Comissão

[NOME]

Membro da Comissão

[NOME]

Representante dos empregados AECPRM

ANEXO C

DESIGNAÇÃO DE SECRETÁRIO DA COMISSÃO

O Presidente da Comissão PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [data], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, publicado em [data], no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Designar [nome], matrícula nº [número], ocupante do cargo de [cargo], para exercer as funções de Secretário(a) da referida Comissão, nos termos das normas aplicáveis.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

[NOME DO(A) PRESIDENTE]

Presidente da Comissão

ANEXO D

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

Notificado(a): [nome]
Matrícula/CNPJ: [número]
Lotação/Endereço: [informação]

Na condição de Presidente da Comissão de PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [data], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, publicado em [data], COMUNICO a V. Sa. a instauração do Processo Administrativo Sancionador – PAS, objeto do Processo SEI nº [número], destinado à apuração dos fatos nele descritos.

Por meio deste documento, fica V. Sa. NOTIFICADO(A), na condição de acusado(a), a partir da data da ciência desta notificação, para todos os efeitos legais, especialmente para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Fica assegurado o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador; ter acesso aos autos; apresentar manifestações e provas; arrolar e reinquirir testemunhas; produzir provas e contraprovas; e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, na forma da legislação aplicável.

Em anexo, encaminha-se cópia integral dos autos do PAS, contendo [número] folhas, para ciência de seu inteiro teor, sem prejuízo do direito de vista e acesso aos autos durante o curso do procedimento.

Os autos encontram-se à disposição para consulta junto à Comissão, instalada em [local/endereço], nos dias e horários de [horário], mediante [forma de agendamento, se aplicável].

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

[NOME DO(A) PRESIDENTE]
Presidente da Comissão

ANEXO E

COMUNICAÇÃO À CHEFIA IMEDIATA DO EMPREGADO ACUSADO

Ao(À) Senhor(a)
[Nome da chefia imediata]
Cargo: [cargo]

Assunto: Comunicação de notificação de empregado(a) acusado(a)

Na qualidade de Presidente da Comissão responsável pela condução do Procedimento Administrativo Sancionador- PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [data], publicado em [data], e vinculada ao Processo SEI nº [número], COMUNICO a V. Sa. que, em [data], o(a) empregado(a) [nome completo], matrícula nº [número], ocupante do cargo de [cargo] e lotado(a) na [unidade], foi devidamente notificado(a) acerca da instauração do referido procedimento, na condição de acusado(a).

A presente comunicação tem por finalidade dar ciência à sua chefia imediata quanto à notificação realizada pela Comissão, para os fins administrativos pertinentes.

Atenciosamente,

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

[NOME DO(A) PRESIDENTE]
Presidente da Comissão

ANEXO F

PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO

Assunto: [identificação resumida do objeto do procedimento correcional]

Processo nº: [número do processo]

Ato do Diretor-Presidente nº: [número], de [data]

Comissão:

[Nome completo] – Presidente

[Nome completo] – Membro

[Nome completo] – Membro/Secretário(a)

[Nome completo] – Representante dos empregados AECPRM

Atividades	Data Prevista	Data de execução
Instalação da Comissão	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX
Estudo do processo e diligências	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX
Notificação do(s) acusado(s)	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX
Oitiva de testemunha(s)	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX
Interrogatório do(s) acusado(s)	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX
Indiciação do(s) acusado(s)	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX
Prazo para apresentação da defesa escrita	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX
Relatório Final	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX	XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX

Outras informações: [Registrar, quando pertinente, informações relevantes para o planejamento e o acompanhamento dos trabalhos da Comissão, tais como a necessidade de diligências específicas, produção de provas, solicitação de documentos, realização de perícias ou outras providências previstas.]

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

NOME DO(A) PRESIDENTE
Presidente da Comissão

[NOME DO(A) MEMBRO]
Membro da Comissão

[NOME DO(A) MEMBRO/SECRETÁRIO(A)]
Membro/Secretário(a) da Comissão

Observação:

- a) O presente Plano de Trabalho constitui instrumento de planejamento das atividades da Comissão e poderá ser ajustado, a qualquer tempo, de acordo com as necessidades decorrentes da instrução processual, da complexidade do caso e das diligências que se mostrarem necessárias à adequada apuração dos fatos.
- b) A coluna “Período de execução” deverá ser preenchida e atualizada pela Comissão à medida que as respectivas atividades forem realizadas.
- c) A inclusão, exclusão ou alteração de atividades poderá ser registrada no Plano de Trabalho sempre que necessária ao regular desenvolvimento do procedimento correccional.

ANEXO G

INTIMAÇÃO DE TESTEMUNHA

Ao(À) Senhor(a)
[Nome completo]
Cargo: [cargo]
Lotação: [unidade/setor]

Assunto: Intimação para prestar depoimento na condição de testemunha

Na qualidade de Presidente da Comissão responsável pela condução do Procedimento Administrativo Sancionador - PAS do Processo nº [número], constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [data], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, publicado em [data], INTIMO V. Sa. a comparecer perante esta Comissão, instalada em [local/link de videoconferência], às [horário] horas do dia [dia] de [mês] de [ano], a fim de prestar depoimento, na condição de testemunha, acerca dos fatos objeto da apuração, relacionados a [breve descrição dos fatos], supostamente ocorridos em [local], em [data].

Solicita-se o comparecimento no local/link de videoconferência, data e horário acima indicados, a fim de contribuir para o esclarecimento dos fatos em apuração.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

[NOME DO(A) PRESIDENTE]
Presidente da Comissão

ANEXO H

INTIMAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE TESTEMUNHA

À(ao) Senhor(a)
[Nome]
Cargo: [cargo, se empregado(a)]
Lotação: [unidade, se empregado(a)]

Na qualidade de Presidente da Comissão responsável pela condução do Procedimento Administrativo Sancionador - PAS, objeto do Processo nº [número], constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [data], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, publicado em [data], COMUNICO a V. Sa. que será realizada, perante esta Comissão, a oitiva da testemunha [nome da testemunha], às [horário] horas do dia [dia] de [mês] de [ano].

A oitiva será realizada em [local/ link de videoconferência], podendo o(a) empregado(a) acusado(a) e/ou seu(sua) procurador(a) acompanhar o ato, observadas as regras estabelecidas pela Comissão para sua realização.

INTIMO, ainda, V. Sa. a apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento desta Intimação, o rol de testemunhas que pretende arrolar, contendo, para cada testemunha, nome completo, CPF e endereço e, no caso de empregado(a) da CPRM, também cargo, lotação e número de CPF.

O(a) empregado(a) acusado(a) e/ou seu(sua) procurador(a) poderá(ão) acompanhar as oitivas, sendo-lhes vedado interferir na condução dos trabalhos da Comissão, formular perguntas diretamente às testemunhas ou declarantes ou intervir, de qualquer forma, nas perguntas formuladas pela Comissão e nas respectivas respostas.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

[NOME DO(A) PRESIDENTE]
Presidente da Comissão

ANEXO I

TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Aos [dia] dias do mês de [mês] do ano de [ano], no local [local], às [horário] horas, reunida a Comissão de Procedimento Administrativo Sancionador - PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, incumbida de apurar episódios supostamente ocorridos em [data], com a presença do Sr. [nome do Presidente], presidente da Comissão, dos Srs. [nome do Membro 1] e [nome do Membro 2], membros da referida Comissão, do(a) empregado(a) acusado(a) [nome do acusado], do advogado do(a) investigado(a), Dr. [nome do advogado], inscrito na OAB/[UF] sob nº [número], conforme procuração anexa à fl.[número] do presente processo, COMPARECEU o Sr. [nome da testemunha], [nacionalidade], [estado civil], residente e domiciliado à [endereço completo], portador da Carteira de Identidade nº [número] e do CPF nº [número], cadastro nº [número], cargo [cargo], lotado no [unidade/setor], a fim de prestar depoimento sobre os atos e fatos relacionados com o referido procedimento administrativo. Perguntado pelo presidente se, em relação ao(a) acusado(a), é amigo(a) íntimo(a) ou inimigo(a) notório(a), se é cônjuge ou parente até 3º grau, se atua ou atuou como procurador(a), se está litigando judicial ou administrativamente, ou se tem interesse direto ou indireto na matéria do processo, respondeu que não. Acordado em participar da gravação de áudio e vídeo que será associada ao processo sigiloso e prestado o compromisso legal, foi advertido(a) sobre a confidencialidade e o sigilo do processo, e que se faltar com a verdade incorre no crime de falso testemunho, nos termos do Código Penal, passando-se às perguntas em seguida. 1) perguntado pelo presidente se [indicar o conteúdo da pergunta], respondeu que [indicar o conteúdo da resposta]; 2) perguntado [indicar o conteúdo da pergunta], respondeu que [indicar o conteúdo da resposta]. Passada a palavra a(o) [nome do acusado] (acusado(a)), perguntou a(o) depoente, por intermédio do presidente, se [indicar o conteúdo da pergunta], respondeu que [indicar o conteúdo da resposta]. Ao final, passada novamente a palavra a(o) depoente, quis (ou não) usar a faculdade concedida. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. A seguir, foi feita a leitura do presente Termo para que o(a) depoente, se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, de modo a registrar expressamente a espontaneidade de suas declarações, que foram prestadas sem nenhuma forma de coação. Ao ler o Termo, com o fim de conferir, disse ter (ou não) retificações a fazer. Nada mais havendo a tratar, o presidente da Comissão pediu o encerramento do presente Termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelo(a) depoente, pelos membros da Comissão, pelo(a) acusado(a) e por seu procurador(a), de modo a registrar a sua espontaneidade. Eu, secretário, [nome do secretário], o digitei.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro/Secretário da Comissão

Testemunha

Empregado Acusado(a)

Advogado

ANEXO J

TERMO REDUZIDO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Aos [dia] dias do mês de [mês] do ano de [ano], no local [local], às [horário] horas, aí reunida a Comissão do Procedimento Administrativo Sancionador - PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, publicado em [dia] de [mês] de [ano], incumbida de apurar episódios supostamente ocorridos em [data], com a presença do Sr. [nome do Presidente], Presidente da Comissão, dos Srs. [nome do Membro 1] e [nome do Membro 2], membros da referida Comissão, do(a) empregado(a) acusado(a) [nome do acusado], do advogado do(a) investigado(a), Dr. [nome do advogado], inscrito na OAB/[UF] sob nº [número], conforme procuração anexa à fl. [número] do presente processo, COMPARECEU o Sr. [nome da testemunha], [nacionalidade], [estado civil], residente e domiciliado à [endereço completo], portador da Carteira de Identidade nº [número] e do CPF nº [número], cadastro nº [número], cargo [cargo], lotado no [unidade/setor], a fim de prestar depoimento sobre os atos e fatos relacionados com o referido procedimento administrativo. Perguntado pelo Presidente se, em relação ao(à) acusado(a), é amigo(a) íntimo(a) ou inimigo(a) notório(a), se é cônjuge ou parente até 3º grau, se atua ou atuou como procurador(a), se está litigando judicial ou administrativamente, ou se tem interesse direto ou indireto na matéria do processo, respondeu que não. Acordado em participar da gravação de áudio e vídeo, que será associada ao processo sigiloso, e prestado o compromisso legal, foi advertido(a) sobre a confidencialidade e o sigilo do processo, e de que, se faltar com a verdade, incorre no crime de falso testemunho, nos termos do Código Penal, passando-se ao início da gravação e às perguntas em seguida.

Indicamos abaixo os principais pontos da oitiva, com o respectivo minuto em que ocorreram, sendo possível acompanhar os fatos por meio do vídeo associado ao processo:

Fato [identificação do fato] – [breve descrição do assunto] – minuto [00:00]

Fato [identificação do fato] – [breve descrição do assunto] – minuto [00:00]

Fato [identificação do fato] – [breve descrição do assunto] – minuto [00:00]

Fato [identificação do fato] – [breve descrição do assunto] – minuto [00:00]

Nada mais havendo a tratar, o presidente da Comissão pediu o encerramento do presente Termo que será juntado aos autos e assinado eletronicamente. Eu, secretário, xxxxxxxx, o digitei.

Presidente da Comissão

Membro da Comissão

Membro/Secretário da Comissão

Testemunha

Empregado Acusado(a)

Advogado

ANEXO K

TERMO DE ENTREGA DE CÓPIA

Aos [dia] dias do mês de [mês] do ano de [ano], a pedido do(a) empregado(a) ou de seu(sua) advogado(a)/representante [nome completo], devidamente qualificado(a) nos autos, foi fornecida cópia das fls. [número] a [número], constantes do Processo nº [número do processo].

Do que, para constar, eu, [nome completo], na condição de Secretário(a) da Comissão, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado.

Declaro que, nesta data, no local [local], recebi, gratuitamente, cópia das fls. [número] a [número], constantes do Processo nº [número do processo].

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

NOME

Membro/Secretário da Comissão

ANEXO L

INTIMAÇÃO DO ACUSADO PARA INTERROGATÓRIO

Ao(À) Senhor(a)

[Nome completo do(a) acusado(a)]

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Sancionador, instaurado pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], da [cargo da autoridade instauradora], com fundamento na Norma Correcional da CPRM, INTIMA Vossa Senhoria a comparecer perante esta Comissão, no dia [dia] de [mês] de [ano], às [horário] horas, no endereço [endereço/local/link de videoconferência], a fim de prestar interrogatório acerca dos atos e fatos objeto do processo supramencionado.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

NOME

Presidente da Comissão

ANEXO M

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Aos [dia] dias do mês de [mês] do ano de [ano], no local [local], às [horário] horas, estando presentes [nome do Presidente], [nome do Membro 1] e [nome do Membro 2], respectivamente Presidente e membros da Comissão de Procedimento Administrativo Sancionador – PAS, instaurada pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, publicado em [dia] de [mês] de [ano], COMPARECEU o(a) acusado(a), Sr.(a) [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], residente e domiciliado(a) à [endereço completo], portador(a) da Carteira de Identidade nº [número] e do CPF nº [número], cadastro nº [número], cargo [cargo], lotado(a) na [unidade/setor], a fim de ser interrogado(a) sobre os atos e fatos que lhe são atribuídos no presente Processo, do qual foi regularmente notificado(a), conforme fl. [número]. O Presidente da Comissão ressaltou que o(a) acusado(a) não está obrigado(a) a responder às perguntas que lhe forem formuladas, e que seu silêncio não importará em confissão nem será interpretado em prejuízo de sua defesa, tendo, ainda, concordado em participar da gravação de áudio e vídeo, que será associada ao processo sigiloso. A seguir: 1) Perguntado pelo Presidente se [indicar o conteúdo da pergunta], respondeu que [indicar o conteúdo da resposta]; 2) perguntado [indicar o conteúdo da pergunta], respondeu que [indicar o conteúdo da resposta]. Passada a palavra aos membros [nome do Membro 1] e [nome do Membro 2], para acrescentarem perguntas, [registrar se quiseram ou não fazer uso da faculdade e, em caso afirmativo, descrever as perguntas e respectivas respostas]. Encerradas as perguntas, foi passada a palavra ao(à) acusado(a), que [registrar se quis ou não fazer uso da faculdade e, em caso afirmativo, descrever as perguntas ou esclarecimentos apresentados]. A seguir, foi feita a leitura do presente Termo para que o(a) acusado(a), se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, de modo a registrar expressamente a espontaneidade de suas declarações, prestadas sem qualquer forma de coação, ao que declarou ter [ou não ter] retificações a fazer, por estar [ou não estar] de inteiro acordo com o seu teor. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que eu, [nome do Secretário], na condição de Secretário(a) da Comissão, lavrei o presente Termo, que segue assinado por todos.

Presidente da Comissão Membro da Comissão Membro/Secretário da Comissão

Testemunha

Empregado Acusado(a)

Advogado

ANEXO N

TERMO DE ACUSAÇÃO

A Comissão de do Procedimento Administrativo Sancionador – PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, publicado em [dia] de [mês] de [ano], tendo ultimado a coleta de provas, durante a qual foram assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, DECIDE ACUSAR o(a) empregado(a) [nome], pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Após [relatar os procedimentos realizados durante a instrução, tais como oitivas de testemunhas, diligências, interrogatório e juntada dos respectivos documentos aos autos], ao(à) empregado(a)/empresa [nome], cadastro/CNPJ nº [número], cargo [cargo], lotação [unidade/setor], é atribuída responsabilidade pela prática das irregularidades a seguir descritas.

[Descrever, de forma objetiva e individualizada, os fatos imputados, indicando as respectivas provas produzidas nos autos que fundamentam a responsabilização.]

Portanto, configurou-se, em tese, o cometimento da infração disciplinar de [descrever a infração], enquadrada no subitem [número] da Norma [indicar a norma do enquadramento], vigente.

Tendo sido, assim, coletados elementos suficientes para que a Comissão formasse sua convicção preliminar sobre os fatos em apuração, encontram-se os autos em condições de serem disponibilizados para vista do(a) acusado(a), que deverá ser imediatamente citado(a) para apresentar defesa, na forma regulamentar.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

Presidente da Comissão Membro da Comissão Membro/Secretário da Comissão

ANEXO O

TERMO DE REVELIA

Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Sancionador – PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [data], DECLARO a revelia do empregado [nome completo], cadastro nº [número], ocupante do cargo de [cargo], acusado no Processo nº [número], regularmente citado em [data], conforme consta no documento [número], dos autos eletrônicos, por não ter apresentado defesa no prazo legal de 10 (dez) dias, cujo termo final ocorreu em [data], nem constituído procurador para apresentá-la.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

NOME

Presidente da Comissão

ANEXO P

MANDADO DE CITAÇÃO

À(ao) Senhor(a) [nome completo]

Cargo: [cargo]

Lotação: [unidade, se aplicável]

Tendo em vista o que consta do Processo de do Procedimento Administrativo Sancionador - PAS, no qual V. Sa. foi regularmente notificado(a) para acompanhar o feito na condição de acusado(a), conduzido pela Comissão constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], fica V. Sa. CITADO(A) para, no prazo de [número] ([por extenso]) dias, apresentar defesa no referido processo. Os autos permanecerão à disposição de V. Sa. para eventual consulta e obtenção de vista, no local [local], nos dias úteis, das [horário] às [horário] e das [horário] às [horário]. Segue, em anexo, com a finalidade de complementar a cópia integral dos autos anteriormente disponibilizada, cópia das fls. [número] a [número] do referido Processo, incluindo o Termo de Acusação.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

Presidente da Comissão

ANEXO Q

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

1 - QUALIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO ENVOLVIDO			
NOME			
MATRÍCULA SIAPE		MATRÍCULA CPRM	
UNIDADE DE EXERCÍCIO		CPF Nº	
TELEFONE		E-MAIL	
2 - AUTORIDADE CELEBRANTE			
NOME			
3 - AUTORIDADE HOMOLOGADORA			
NOME			
4 - PROPOSTA DE TAC			
OFÍCIO		A PEDIDO	
5 - ANÁLISE DOS FATOS MOTIVADORES DO TAC			
7 - DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS			
8 - DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE			
9 - DESCRIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS			
10 - EXISTÊNCIA DE DANO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
SIM		NÃO	
VALOR DO RESSARCIMENTO			
11 - PRAZO E MODO PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES			

ANEXO R

**RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
SANCIONADOR**

A Comissão do Processo Administrativo Sancionador – PAS, constituída pelo Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, vem apresentar o Relatório Final de seus trabalhos.

1. – Resumo dos fatos [Descrever, de forma objetiva e resumida, a instauração do processo, os fatos que a motivaram, os principais atos praticados pela Comissão, as diligências realizadas, as oitivas, os documentos juntados aos autos e demais providências adotadas durante a instrução.]

[Texto.]

2. – Apuração [Relatar, de forma objetiva, clara e precisa, os fatos apurados, indicando os elementos de prova constantes dos autos e os resultados das diligências realizadas, sem emitir, neste momento, juízo conclusivo.]

[Texto.]

3. – Defesa do(s) acusado(s) [Apresentar, para cada acusado, de forma individualizada, os principais argumentos constantes da defesa e, em seguida, analisar os argumentos apresentados à luz dos fatos apurados e das provas constantes dos autos.]

[Nome do(a) acusado(a)]:

[Resumo dos argumentos apresentados na defesa e respectiva análise pela Comissão.]

4. – Conclusão

[Com base nos fatos apurados, nas provas produzidas e nos argumentos apresentados nas defesas, apresentar, de forma fundamentada e conclusiva, o entendimento da Comissão quanto à procedência ou improcedência das acusações, indicando, conforme o caso, a responsabilização ou a absolvição do(s) acusado(s), bem como o respectivo enquadramento normativo.]

[Texto.]

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

Presidente da Comissão Membro da Comissão Membro/Secretário da Comissão

ANEXO S

RELATÓRIO FINAL DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA

A Comissão de Investigação Preliminar Sumária – IPS, constante do Processo nº [número], constituída pelo Ofício nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, apresenta o

RELATÓRIO FINAL DE SEUS TRABALHOS.

1. – Resumo dos fatos [Descrever, de forma resumida e objetiva, a instauração da Investigação Preliminar Sumária, os fatos que a motivaram, os procedimentos realizados, as diligências promovidas, as oitivas realizadas, os documentos analisados e demais providências adotadas pela Comissão.]

[Texto.]

2. – Apuração [Relatar os acontecimentos com precisão e objetividade, apresentando os elementos de informação e as provas obtidas durante a apuração, sem emitir comentários ou juízo conclusivo.]

[Texto.]

3. – Conclusão [Com base nos elementos de informação e demais documentos constantes dos autos, apresentar, de forma fundamentada e conclusiva, a recomendação da Comissão quanto ao encaminhamento do procedimento, indicando, conforme o caso, a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, a instauração de Processo Administrativo Sancionador – PAS ou o arquivamento dos autos.]

[Texto.]

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

Presidente da Comissão Membro da Comissão Membro/Secretário da Comissão

ANEXO T

TERMO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Aos [dia] dias do mês de [mês] do ano de [ano], foram encerrados os trabalhos da Comissão relativos ao Processo de Procedimento Administrativo Sancionador - PAS, constante do Processo nº [número], em cumprimento ao Ato do Diretor-Presidente nº [número], de [dia] de [mês] de [ano], da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, que constituiu a Comissão para apuração dos fatos objeto do referido Processo, do que, para constar, lavrei o presente Termo de Encerramento. Ressalta-se que os documentos solicitados pela Comissão no decorrer dos trabalhos serão devidamente devolvidos às respectivas unidades orgânicas de origem. A partir desta data, eventuais solicitações de informações ou esclarecimentos acerca do processo deverão ser encaminhadas diretamente à Corregedoria, por meio do e-mail “corregedoria@sgb.gov.br”.

[Local/UF], [dia] de [mês] de [ano].

Presidente da Comissão

ANEXO U

NOTA TÉCNICA CORREGEDORIA

NOTA TÉCNICA Nº XXX/2026/CORREGEDORIA/CA/CPRM

PROCESSO Nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

INTERESSADO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ATRIBUTOS DO PROCEDIMENTO

Natureza	
Identificador e-Pad	
Origem	
Objeto	
Agente (s)	

RELATÓRIO

Trata-se de demanda...(Descrição sucinta do histórico dos fatos e das irregularidades objeto de exame).

É o breve relato dos fatos.

ANÁLISE

[Breve descrição sobre a matéria que está sendo objeto da análise. Recomenda registrar a origem do assunto e apresentar uma visão geral da suposta irregularidade.

Analisar o processo e os fatos objeto de apuração do modo mais abrangente possível, delimitando o objeto da investigação e trazendo o maior volume de elementos previamente existentes, de maneira a subsidiar a decisão da autoridade competente para decidir pela instauração ou não de um processo administrativo disciplinar.

Com esse objetivo, considera-se que deverá constar da análise, quando cabível, as seguintes informações:

- Identificação dos indícios para delimitação inicial da materialidade (fato supostamente irregular) e autoria (eventual autor do fato);
- Registro de documentos/informações coletados com o objetivo de confirmar ou não a plausibilidade da denúncia/representação;
- Registro de situações adicionais que possam ter interferência na decisão a ser tomada pela autoridade instauradora de eventual PAS. Exemplo: inquéritos policiais, ações penais, operações policiais, sanções disciplinares anteriores, ação de improbidade administrativa, outros processos disciplinares em andamento, etc.
- Registro da ação ou omissão supostamente praticada pelo agente público. A conduta sempre deve ser descrita com ênfase no verbo da oração.
- Descrição dos elementos que, a princípio, podem contribuir para demonstrar que o agente apontado no tópico anterior praticou a conduta sob apuração.
- Proposta de possíveis enquadramento para a conduta identificada, com base nos elementos de informações existentes.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, remetem-se os autos à consideração superior, com a(s) recomendação(ões)

exposta(s) acima.

PRESCRIÇÃO PARA AGENTE(S) PÚBLICO(S)

A contagem do prazo prescricional teve início em [data], em decorrência de [indicar o fato e a data em que a autoridade competente tomou conhecimento da suposta infração]. Assim, as datas das possíveis prescrições para instauração são:

- Data de prescrição da penalidade de advertência: [data];
- Data de prescrição da penalidade de suspensão: [data];
- Data de prescrição das infrações puníveis com rescisão contratual, destituição de função gratificada e exoneração de cargo em comissão: [data]

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

FATO	AGENTE/ENTE PRIVADO	CONDUTA	ENQUADRAMENTOS	RECOMENDAÇÃO
Título do Fato 1	Fulano Vínculo: Efetivo Lotação: [unidade]	Título da conduta 1	Proposta de enquadramento para a conduta identificada	

ANEXO V

PRIORIZAÇÃO NA ANÁLISE DOS PROCESSOS CORRECIONAIS

CRITÉRIO	PARÂMETRO	PESO	INDICAÇÃO
Prescrição	Até 01 ano	2	()
	> 01 ano	3	()
Tipo de Análise	Admissibilidade	1	()
	Investigativo	2	()
	Acusatório	3	()
Dano Potencial Relevante ao Erário	Empregado e Assessor (PF)	2	()
	Dirigentes/Conselheiros (PF)	3	()
	Outras autoridades (PF)	3	()
Origem	Órgãos de controle interno (CGU)	3	()
	Órgãos de controle externo (TCU, CPI)	3	()
	Judiciário	3	()
	Outros (MP, Polícia)	3	()
Imagem	Repercussão nacional	3	()
	Repercussão regional	2	()
	Sem repercussão	1	()
Recorrência	≤ 30 dias	3	()
	> 30 dias e ≤ 02 anos	1	()
Envolve Autoridades sem Danos ao Erário	Dirigentes/Conselheiros (PF)	3	()
	Outras autoridades (PF)	2	()
Reincidência	Empregado	2	()
	Dirigente/Conselheiros/Autoridades	2	()
Dano de menor potencial ao erário	Almoxarifado	1	()
	Danos ao patrimônio móvel	2	()
	Danos ao patrimônio imóvel	2	()
Priorização	Baixa	1	()
	Média	2	()
	Alta	3	()

FAIXA DE PESOS:

Baixa	1	01 – 10
Média	2	11 – 20
Alta	3	> 20